

A psicologia na assistência estudantil do nordeste brasileiro: avanços e desafios

AUTORIA

Lucélia Maria Lima da Silva Gomes 

Psicóloga (FAFIRE), mestre e doutoranda em Psicologia (UFAL). Atualmente, é psicóloga do Serviço de Psicologia Aplicada (Instituto de Psicologia/Ufal), tem interesse e atua nas áreas de Psicologia Clínica e Psicologia Escolar e Educacional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8932-6039>

E-mail: lucelia.gomes@ip.ufal.br

Adélia Augusta Souto de Oliveira 

Professora Titular do Instituto de Psicologia, docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas. Desenvolve estratégias imagéticas como método de investigação/intervenção.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5635-1510>

E-mail: adeliasouto@ip.ufal.br

Recebido em:

28 nov. 2025

Aprovado em:

30 dez. 2025

DOI: <https://doi.org/10.28998/cdp.v2i1.20159>

anos, caracterizou o ensino superior Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Dentre essas ações, destacaram-se o Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a Lei de Cotas. Face às novas demandas estudantis e visando garantir a permanência, o governo federal criou, também, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Silva; Costa, 2018).

Foi por meio do PNAES, lançado em 2010, que a assistência estudantil brasileira ganhou regulamentação, forma e expressão (Leite, 2015). Até então eram realizadas, por parte das IFES, iniciativas isoladas e independentes de assistência ao estudante, não se constituindo como política pública educacional em âmbito nacional (Santos; Ferreira, 2022).

Para Gonçalves (2011), a assistência estudantil pode ser considerada uma política pública social que pretende a equidade entre os estudantes no ensino superior. Situada na educação, na concepção de Mocelin (2019, p. 252), a assistência estudantil deve ser pensada como dimensão assistencial da política de educação, “com o intuito de proverseguranças socioeducacionais para a permanência dos/as estudantes”. Para tanto, indicou dez áreas¹ prioritárias que deveriam ser desenvolvidas nas IFES “considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (Brasil, 2010).

Introdução

As ações voltadas para a expansão e para a democratização do acesso ao ensino superior federal, implementadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2011 (Braga; Dal Prá, 2021), possibilitaram ampliar a estrutura física e humana das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, principalmente, modificar o perfil estudantil elitista que, por muitos

brasileiro (Associação Nacional dos

Ensino Superior, 2019; Gomes, 2020).

¹ São áreas do PNAES, conforme o Decreto 7.234: moradia; transporte; alimentação; atenção à saúde; inclusão digital; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e superdotação.

As ações, na maioria das IFES, são administradas por pró-reitoras estudantis que dispõem de equipe multiprofissional, composta, muitas vezes, por profissionais diversos, dentre os quais o profissional de Psicologia. É nesse sentido que Marinho-Araújo (2016) apontou que o ensino superior ampliou as demandas para o profissional de Psicologia, sendo estes destinados para setores diversos², dentre os quais a assistência estudantil (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021).

Conforme pesquisa realizada em 2016, um total de 201 psicólogos fazia parte da assistência estudantil naquele momento (Cêpeda, 2018). Em pesquisa realizada em 2017, esse número se revelou mais que o dobro: do total de 873 psicólogos distribuídos entre as 63 universidades, 48% estavam lotados na assistência estudantil, podendo ser considerado o setor que apresentava maior presença de psicólogos nas IFES (Almeida; Oliveira; Seixas, 2021). Mesmo com essa ampliação, não existem direcionamentos na política de assistência estudantil para a atuação dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional, nem modelos teóricos e práticos consolidados em Psicologia (Matos; Santos; Dazzani, 2016). O que se observa são possibilidades diversas de intervenções que se relacionam à perspectiva adotada por cada IFES que, por vezes, apontam para uma descrição generalista do cargo, “pautada em uma concepção clínica de atendimento” (Moura, 2015, p. 90). A título de exemplo, em edital de concurso para psicólogo, realizado pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), as seguintes atribuições foram apontadas para o cargo de psicólogo:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (IFPE, edital nº. 25, de 30 de março de 2012³)

Trata-se da definição estabelecida pelo Código Brasileiro de Profissões (Brasil(a), 2018) que traz uma descrição generalista da atuação em Psicologia. Resultado semelhante foi encontrado em outros editais de outras IFES: edital de nº 13/2014 da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Edital de nº 018/2017 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN; e do Edital de nº 26/2014 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)⁴. Destaca-se que nos editais da UFRN e da

² Importante destacar que, na universidade, a Psicologia já se fazia presente em outros setores como as clínicas-escola, os hospitais universitários, os setores de gestão de pessoas, dentre outros.

³ Edital nº [25/2012](#).

⁴Edital [nº13/2014](#) edital n. [18/2017](#) e edital nº [26/2014](#).

UFAL o cargo de “Psicólogo clínico” possuía a mesma descrição mencionada acima.

A prática recente na assistência estudantil, demarcada historicamente, permitiu ampliar o espaço de atuação da Psicologia ao apresentar demandas atuais relacionadas à realidade de desigualdade sócio-histórica do país, o que exige do profissional de Psicologia uma postura de diálogo entre o contexto de trabalho e os aspectos éticos da profissão (Santos *et al*, 2015). Está o profissional, inserido nesse contexto, atento às nuances das demandas que se apresentam, de modo a exercer uma prática contextualizada social e historicamente? Ou apenas reproduz a descrição dos editais produzidos pelas IFES e que enfatizam um modelo clínico de atuação?

É nesse sentido que concordamos com Mazer e Melo-Silva (2010, p. 288) ao afirmarem que se torna imperativo refletir e pesquisar sobre “...aquilo que identifica e apresenta o profissional, o modo como ele se mostra, algo que vai sendo construído com o tempo e com as atividades de trabalho, e que conduz à incorporação de um papel”. Em outras palavras, mostra-se pertinente pensar a identidade da Psicologia para dar suporte necessário à atuação profissional na assistência estudantil das IFES.

Frente ao disposto, buscou-se discutir e refletir sobre a atuação em Psicologia na assistência estudantil, a partir de pesquisa qualitativa realizada com foco na identificação e significação das práticas desenvolvidas. Na busca de compreender uma possível identidade profissional da Psicologia na assistência estudantil, o estudo parte de questões que vislumbram os aspectos teóricos e metodológicos dessa prática, de modo a apreender as áreas e subáreas de conhecimento envolvidas na atuação da assistência estudantil, a partir da compreensão, descrição e problematização das ações da Psicologia no contexto da assistência estudantil.

Método

A discussão e a reflexão aqui empreendidas partem de pesquisa qualitativa, de caráter documental, realizada com foco na identificação e significação das práticas em Psicologia desenvolvidas na assistência estudantil das universidades do Nordeste brasileiro⁵.

Elegeram-se como *corpus analítico* os documentos oficiais disponíveis nos sites das universidades federais nordestinas e suas informações sobre a Psicologia disponíveis nos sítios da assistência estudantil dessas IFES. Importante destacar que, nas instituições, “os documentos são destinados ao registro das rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, ao registro das informações necessárias para a legitimação da maneira como as coisas são feitas nessas rotinas” (Flick, 2009, p.

⁵ A definição pela região se deu em função de o Programa de Pós-Graduação, a pesquisadora e o campo geográfico de sua atuação situarem-se nessa região.

235). Nesse sentido, os documentos são meios que possibilitam a produção de indicadores, permitindo, assim, construir uma perspectiva ampla do objeto de estudo, de modo a desvelar a realidade social e histórica pesquisada (Aguiar, 2007; Flick, 2009).

A busca de informações se deu entre os meses de outubro e novembro de 2018 e como resultado foram identificados 474 documentos institucionais produzidos pelas IFES do Nordeste brasileiro. Após a leitura flutuante (Bardin, 2011), utilizando-se os termos “mental”, “mentais” e o radical “psi”, 149 documentos apontaram indicadores da Psicologia na assistência estudantil. Desse total, nove instituições não apresentavam todos os documentos elencados como necessários (Relatório de Gestão Institucional, documentos produzidos pela assistência estudantil e informações da assistência estudantil) sendo, portanto, excluídas para a próxima fase, uma vez que o conjunto de documentos amplia a compreensão das informações relacionadas à instituição. Assim, a amostra foi composta por 88 documentos, oriundos de nove instituições do Nordeste brasileiro⁶.

As informações constituídas na análise documental foram analisadas e interpretadas por meio dos Núcleos de Significação, proposta metodológica que visa à “apreensão das significações constituídas pelo sujeito frente à realidade com a qual se relaciona” (Aguiar; Soares; Machado, 2015, p. 59). Os Núcleos de Significação são uma proposta metodológica fundamentada na perspectiva sócio-histórica (Bock, 2007), ou seja, o homem é concebido como aquele que “se constitui numa relação dialética com o social e a história [...] ao mesmo tempo em que se distingue da realidade social, não se dilui dela, uma vez que são diferentes” (Aguiar, 2007, p.129). Nessa direção, a apreensão das significações só ocorrerá na medida em que se busca compreender as determinações sociais e históricas que as constituíram.

Para sistematização dos Núcleos de Significação foram realizadas as seguintes etapas: levantamento de pré-indicadores; sistematização de indicadores; e sistematização dos Núcleos de Significação (Aguiar; Ozella, 2013; Aguiar; Soares; Machado, 2015). Como resultado desse processo, dois Núcleos de Significação foram identificados, a saber: 1) as implicações da política de permanência para a atuação em Psicologia na assistência estudantil; e 2) a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco. Descrevem-se os resultados neles encontrados e discutem-se os significados para a atuação. A articulação dos significados, suscitados na análise intranuclear, permitiu realizar a síntese internúcleo dos núcleos de significação, qual seja, centrar foco nas áreas da

⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Psicologia na assistência estudantil, permitindo, assim, as reflexões aqui realizadas.

Resultados e discussão

Conforme já apontado anteriormente, não existem direcionamentos específicos para a atuação da Psicologia no PNAES, principal instrumento regulamentador da assistência estudantil nas IFES. No entanto, conforme os resultados da análise intranuclear realizada no primeiro Núcleo, é possível afirmar que a atuação em Psicologia tem implicações sociais e históricas das políticas de acesso e permanência. Já foi apontado que o PNAES assinala dez áreas que podem ser desenvolvidas pelas IFES, no entanto foi observado que a Psicologia tem sido direcionada para a área de Atenção à Saúde do estudante, na maioria das IFES pesquisadas, sugerindo demarcação importante na área de Atenção à Saúde do Estudante.

Em quatro instituições (Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), o Setor de Psicologia estava vinculado a uma coordenação de saúde ou qualidade de vida estudantil. Quando não vinculada a algum setor, a Psicologia desenvolveu projetos ou programas direcionados à saúde do estudante: a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com o Programa de Atenção à Saúde do Estudante (PIASE); Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Programa de Bem-estar Mental (PROBEM); a UFRN com o Programa de Atenção à Saúde Mental do Estudante, atuando no acolhimento em saúde. Em três instituições (UFPE, UFAL e UFSB), o profissional de Psicologia foi denominado de profissional de saúde. Em 2017, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) apontou avanços nos serviços de saúde como Psicologia e Odontologia. Em pesquisa realizada por Santos e Ferreira (2022), identificou-se que em uma das IFES a Atenção à Saúde confundia-se com a orientação psicológica, reforçando, assim, nossos achados.

O caminhar da Psicologia na área de Atenção à Saúde do estudante parece se alinhar ao discurso da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) no Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2007. Neste plano, a ANDIFES situou as questões de cunho emocional, como a “crise emocional” ou “dificuldades emocionais, no tópico referente à “saúde”. Já em 2019, foi o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que apontou, no relatório final da Pesquisa do Perfil Estudantil das IFES, a saúde mental no tópico de saúde e qualidade de vida que incluía, também, hábitos alimentares, cuidados médicos e odontológicos e situações que pudesse afetar a trajetória acadêmica.

De acordo com esses órgãos, “a elaboração e implementação de programas vinculados à assistência estudantil no âmbito das IFES está relacionada ao trabalho integrado de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento” (Andifes, 2007), suporte necessário às dez áreas apontadas no

Decreto. Conforme nossos resultados, a Psicologia atua com outros profissionais, em todas as IFES, resultado presente, também, em outras pesquisas (Siqueira et al, 2017; Oliveira; Silva, 2018; Cêpeda, 2018). No entanto, observou-se quadro reduzido de profissionais da Psicologia em quatro Instituições (UFAL; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); UFPI; UFRN), o que pode estar relacionado à ênfase dada a algumas ações em detrimento de outras, com prioridade para bolsas e auxílios diversos, ação desenvolvida mais especificamente por assistentes sociais (Leite, 2015; Silva; Costa, 2018). Além disso, conforme Mancebo, Vale e Barbosa (2015), a implementação das políticas de acesso e permanência, em especial o Reuni, não alcançou seus objetivos, pois o aumento do quantitativo de estudantes não foi acompanhado pelo incremento suficiente de professores e técnicos, denunciando, assim, pouco investimento na iniciativa pública.

Conforme o PNAES, as ações desenvolvidas nas IFES são, prioritariamente, voltadas para o estudante oriundo “da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio” (Brasil, 2010). No entanto, conforme nossos achados, de modo geral, as ações da Psicologia se voltaram para os estudantes universitários, numa perspectiva mais universal, sem considerar o recorte de renda, como preconizado pelo PNAES. A prioridade de ações para estudantes em situação de vulnerabilidade, ou atendidos pelos programas da assistência estudantil, foi apresentada pela Psicologia em três instituições apenas (UFPE; UFRPE; UFAL), sendo que em uma delas apenas um programa desenvolvido se voltava para estudantes atendidos pela assistência estudantil. Estudos realizados (Oliveira; Gomes, 2020; Oliveira, 2016; Moura; Facci, 2016; Bisinoto; Marinho-Araújo, 2011; Serpa; Santos, 2001) apontaram resultado semelhante.

As demarcações apresentadas no Núcleo acima implicam as ações desenvolvidas pela Psicologia na assistência estudantil. Conforme as articulações do segundo Núcleo denominado de “a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco”, as atividades desenvolvidas eram voltadas, em sua maioria, para o atendimento psicológico individual, seja por meio de ações de curto prazo (plantão psicológico; acolhimento psicológico; escuta psicológica; aconselhamento psicológico; apoio psicológico; atendimento emergencial; orientação aos discentes; orientação profissional; atendimento psicopedagógico; suporte, a partir de entrevistas, em processo seletivo de programa na assistência estudantil; orientação de aconselhamento em saúde; avaliação psicológica; assessoria no recrutamento e seleção de Empresa Júnior; plantão de orientação nos estudos) ou por meio de ações de médio/longo prazo (psicoterapia breve; acompanhamento psicológico; acompanhamento psicoterapêutico; atendimento psicológico clínico; atendimento ambulatorial; auxílio – financeiro – psicológico, visando à psicoterapia; psicoterapia de apoio; atendimento técnico).

Destaca-se que, com o avançar dos anos, as ações de caráter pontual e emergencial ganharam mais espaço. Os achados apontaram o plantão psicológico e seus derivados como estratégia principal desenvolvida no ano de 2018, conforme

observado nas IFES (UFRPE, UFRN; UFERSA; UNILAB; UFSB). Nesse mesmo ano, apenas ações de caráter individual eram apontadas em cinco IFES (UFPE; UFRPE; UFAL; UFSB; Universidade Federal do Cariri (UFCA)). Conforme Moura e Facci (2016), a oferta de atendimento individual propicia procura elevada pelo profissional de Psicologia.

Além dessas ações, o encaminhamento para a rede de assistência se apresentou como desdobramento do atendimento psicológico individual, seja para os dispositivos institucionais como os Hospitais Universitários (UFAL) e Clínicas-Escola (UFPI; UFCA; UFAL), seja para rede externa à instituição (UFAL; UFPI; UNILAB; UFPE) como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município. A referência aos serviços se apresentou como forma de acompanhamento individual às problemáticas estudantis.

Observou-se, também, a presença de ações coletivas, na modalidade grupal, a partir de 2011, como grupos de orientação profissional, de apoio psicológico, terapêuticos, de habilidades acadêmicas, psicoterapêuticos, psicopedagógico, psicoeducativos; mediação de conflitos; projetos e programas diversos (programas de aconselhamento em saúde, projetos de extensão); eventos, workshops, oficinas temáticas, cursos; atividades de acolhimento ao estudante recém-ingresso; reuniões com movimento estudantil; terapia comunitária. Porém, constata-se o predomínio da modalidade de atendimento individual.

O foco dessas ações direcionava-se para os problemas estudantis que podiam interferir na permanência. Os serviços da UFPE possuíam “foco nas demandas do estudante que procura o serviço”. Na UFPI, a atividade de atendimento psicológico buscava “intervir em problemas psicossociais e psicoeducacionais que interferem na permanência”. A UFCA apontou que visava “promover o contato com as dificuldades e problemas enfrentados pelos discentes”. Tais resultados se assemelham aos encontrados por Oliveira e Silva (2018), em que predominam as modalidades de atendimento individual, consideradas formas de atuação tradicionais. Conforme Marinho-Araújo (2015, p. 37), a Psicologia no ensino superior tradicionalmente privilegiou “a intervenção direta com o estudante em uma perspectiva individualizada e em resposta ao problema que ele vivencia”.

Conforme Martinez (2009, p. 171), as formas de atuação tradicionais se definem, principalmente, “pelos problemas concretos que, em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem dos alunos, tem que ser enfrentados e resolvidos no cotidiano, e para os quais o trabalho do psicólogo se configura como uma resposta”. Conforme a autora, são consideradas modalidades de atuação tradicionais a avaliação, o diagnóstico, o atendimento e o encaminhamento de estudantes com dificuldades. Diferem das formas de atuação emergentes, uma vez que estas apresentam “uma concepção muito mais ampla e abrangente do trabalho do psicólogo na escola que inclui sua dimensão psicossocial” (Martinez, 2009, p.172).

Assim, os significados extraídos da prática em Psicologia, nas IFES do Nordeste, permitem afirmar que a Psicologia tem presença mais relevante na área de Atenção

à Saúde do estudante, com foco nas dificuldades dos estudantes, com predomínio de formas de atuação tradicionais e individuais e não faz recorte de prioridade com relação ao público-alvo. O trabalho na presença de outros profissionais (assistentes sociais e pedagogos, principalmente) faz parte desse contexto, embora denote um quadro deficitário de profissionais de Psicologia. Tais resultados revelam a realidade social e histórica da Psicologia no contexto da assistência estudantil. É o que nos revela a articulação internúcleos dos processos de significação dos Núcleos: 1) as implicações da política de permanência para a atuação em Psicologia na assistência estudantil; e 2) a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco.

Atuação em Psicologia na Política Social de Permanência: avanços na assistência estudantil?

Os significados identificados na análise intranuclear denotam maior expressividade da Psicologia na área de Atenção à Saúde do PNAES, com vistas à resolutividade da problemática, dificuldade ou sofrimento do discente, predominando as modalidades de atendimento individuais. Tais resultados sugerem aproximar a Psicologia do modelo clínico de atuação. O profissional com referencial na Psicologia Clínica, conforme a Resolução nº 13 do Conselho Federal de Psicologia (2007), poderia atuar na área específica da saúde, em diferentes contextos, por meio de intervenções que visavam reduzir o sofrimento do homem, levando em conta a complexidade do humano e sua subjetividade. Essas intervenções tanto podiam ocorrer em nível individual, grupal, social ou institucional e implicavam uma variada gama de dispositivos clínicos já consagrados ou a serem desenvolvidos, tanto em perspectiva preventiva, como de diagnóstico ou curativa.

A definição reforça os aspectos acima mencionados, situando a Psicologia no campo de conhecimento da Psicologia Clínica. Tal perspectiva parecia ser a possível e imaginada para o ensino superior de acordo com a concepção de órgãos como o FONAPRACE e a ANDIFES. Recordemos, por exemplo, os resultados da primeira pesquisa do Perfil Estudantil das IFES, realizada pelo FONAPRACE em 1994, em que apontou que “a assistência psicoterápica é oferecida por algumas universidades [...] Até mesmo as universidades que já têm esse serviço sentem a necessidade de ampliá-lo sem que haja condição para tal” (Andifes, 1994, p. 39). Parecia reforçar ações terapêuticas e individuais para superação dos problemas psicológicos, condizentes à imagem social da profissão “associada à prática psicoterápica individual na busca de ajustamento” (Dimenstein, 2000, p. 106).

Não obstante, a publicação da ANDIFES data de 1994, período que antecedeu a entrada mais intensa de psicólogos na assistência estudantil das universidades (Brasil(b), 2018). Ao mesmo tempo, comprehende-se que os fenômenos devem ser compreendidos a partir do seu acontecer histórico (Freitas, 2002) e que este se faz presente nos discursos oficiais que respaldam a criação e a execução dos documentos (Silva; Silva, 2020), nesse caso, dos relatórios das pesquisas do

FONAPRACE/ANDIFES e o PNAES (incluindo aqui a minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil).

Nesse acontecer histórico, tem-se que a abordagem clínica marcou “predominantemente as práticas e a visão que temos até hoje sobre o papel a ser exercido pelo psicólogo em todos os lugares, ou seja, aquele que trata dos problemas psicológicos” (Wiggers, 2016, p. 49). De acordo com Dimenstein (2000, p. 104), “a formação teórica voltada para a clínica dentro do modelo tradicional do atendimento individual é a imagem da profissão mais conhecida e valorizada pela categoria e pelo público leigo”. Resultados se apresentam nos editais, posturas e discursos institucionais face à profissão.

De acordo com publicação do Jornal do Conselho Regional de Psicologia, a realidade do mercado de trabalho brasileiro leva muitos profissionais a prestarem concurso assim que concluem a graduação, chegando, muitas vezes, “ao serviço público sem entender qual o seu lugar e seus modos de atuação” (Conselho Regional do Rio de Janeiro, 2010, p. 4). Somado a isso, o psicólogo que ingressou na assistência estudantil se deparou com: editais que apresentaram uma concepção generalista e ou referenciada no modelo clínico de atuação (Moura, 2015); a ausência de normativas institucionais e/ou nacionais referentes à atuação profissional nas políticas públicas educacionais; demandas cada vez mais elevadas em saúde mental (Padovani *et al*, 2014; Moreira; Lambert; Castro, 2018; Ariño; Bardagi, 2018; Graner; Cerqueira, 2019). Além disso, aponta-se a formação em Psicologia que se atém a modelos clínicos e individuais (Conselho Regional do Rio de Janeiro, 2010; Meira; Nunes, 2005; Dimenstein, 2000), e os discursos históricos, referenciados no modelo clínico de atuação em Psicologia, reproduzidos nos documentos oficiais que respaldam a assistência estudantil brasileira, conforme os resultados apresentados. Possibilidades que reforçam a atuação em Psicologia com base no modelo clínico. Nessa direção, compreende-se que a atuação se constrói em um movimento permanente atrelado aos aspectos sociais e históricos da realidade (Bock, 2007).

Em que se pese a preponderância de atividades individuais com foco na problemática discente, situadas na área de Atenção à Saúde, os resultados já elencados apontaram, em menor quantidade, outras ações como a realização de processos seletivos nos programas da assistência estudantil (UFRPE) e em empresas juniores (UFPI), intervenções psicopedagógicas e ações com foco nos processos de ensino e aprendizagem, o que sugere afastamento do modelo clínico e uma aproximação com outras áreas da Psicologia como, por exemplo, a Psicologia Organizacional e do trabalho, a Psicopedagogia e a Psicologia Escolar e Educacional, respectivamente. Não se pode deixar de lembrar das áreas apontadas pelo PNAES como o esporte, trazendo à tona a possibilidade de atuação em Psicologia do Esporte nesse contexto de atuação. Considerando o exposto, é possível, ao profissional de Psicologia atuar na assistência estudantil conforme diversas áreas da Psicologia?

É importante destacar que a Psicologia foi chamada para atuar no campo das políticas públicas educacionais voltadas para o ensino superior, espaço formal de ensino, em que os processos educacionais associados ao desenvolvimento humano se fazem presentes. Nessa seara, defende-se que as ações devem estar fundamentadas em diretrizes que as situam no campo educacional e possuem um objeto específico, a saber, os processos de ensino-aprendizagem, associados ao desenvolvimento humano.

De acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia (2022), “a área de atuação profissional da Psicologia referente à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação não formal” trata-se da Psicologia Escolar e Educacional. Atuar nesta área de atuação da Psicologia significa buscar contribuir para otimização dos processos educativos (Martinez, 2009), por meio de um amplo arcabouço teórico, por vezes antagônico e contraditório, articulando as dimensões individual, social, institucional e cultural (Alves; Silva, 2006).

Considerando que, nas IFES do Nordeste analisadas neste estudo, a Psicologia tem sido direcionada para a área de Atenção à Saúde, buscando auxiliar nas problemáticas discentes por meio de intervenções tradicionais, com destaque para modalidades individuais, bem como realiza ações psicopedagógicas, com foco nos processos de ensino-aprendizagem, dentre outras, os significados da análise internuclear, realizada em nosso estudo, permitem afirmar que a atuação em Psicologia na assistência estudantil possui ênfase no modelo clínico de atuação. É nesse sentido que, segundo, Martins (2003, p. 45), a Psicologia na educação “ainda não se consolidou, pois as expectativas sobre a atuação ainda se estruturam no eixo saúde - doença”, de maneira que a atuação tende a recorrer a “formas de trabalho individualizadas, adaptacionistas, normatizantes, que partem do pressuposto que ‘há algo errado’ com o aluno que não vai bem nessa modalidade de ensino” (Marinho-Araújo, 2015, p. 154). No que diz respeito à assistência estudantil, o foco estaria nas problemáticas dos estudantes que afetam a permanência nesse âmbito de ensino.

É nesse sentido que é possível afirmar que a Psicologia, na assistência estudantil, parece seguir o mesmo percurso da política de permanência nas IFES: dentre as diversas possibilidades de atuação, privilegia a área da Psicologia Clínica. Sabe-se que a assistência estudantil tem recebido críticas por seu caráter focalizador em áreas específicas do PNAES como moradia, alimentação e transporte (Santos et al, 2015), por meio do repasse de auxílios financeiros diversos (Leite, 2015), assumindo caráter mínimo e reducionista no que diz respeito a suas intervenções. Desafios se apresentam à Psicologia face ao percurso na assistência estudantil, ainda em construção, em que se apresentam fragilidades como por exemplo um quadro deficitário de profissionais, demanda elevada e a ausência de nortes específicos.

Defende-se que a atuação da Psicologia na assistência estudantil precisa ser articulada com as dez áreas do PNAES, com as redes internas e institucionais e

externas, como a rede de assistência social, de saúde e de educação, incluindo aqui a rede básica de educação, pois “é a partir da consideração de todo o percurso escolar e suas implicações com o ambiente social que podemos compreender, de forma mais evidente, as desigualdades escolares” (Pereira; May; Gutierrez, 2014, p. 134). Para Matos, Santos e Dazzani (2016), a compreensão da realidade social e histórica do ensino superior e sua relação com outros níveis de ensino permitem confrontar a concepção de individualização do fracasso escolar e da evasão. Assim, o trabalho situado no âmbito da política pública educacional precisa ocorrer de forma articulada, intersetorial.

Compreende-se, então, que o profissional de Psicologia, respaldado em um modelo teórico/prático de atuação, deve assumir escuta psicológica ativa e postura crítica, face à inserção das políticas públicas sociais de combate às desigualdades no ensino superior, de modo que auxilie na compreensão e no suporte aos fenômenos psicosociais que se apresentam. Dentre os quais, destacamos as implicações para o processo de aprendizado, permanência e formação das “prioridades” ou dos recortes estabelecidos pelos programas das IFES⁷. Caminha-se, portanto, na direção do aperfeiçoamento das políticas públicas sociais, buscando superar mecanismos de inclusão perversa (Sawaia, 2009) e “afirmar direitos como direitos sociais” (Gonçalves, 2020, p. 34). Reafirma-se, assim, uma prática pautada no Código de Ética Profissional do Psicólogo, implicada ética e politicamente, em consonância aos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, busca contribuir “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7).

Intervir visando propiciar a permanência e a redução da evasão no ensino superior requer uma atuação em equipe multi e interdisciplinar, por meio da realização de projetos que utilizem a proposta grupal como metodologia (Matos; Santos; Dazzani, 2016) e se voltem para outros integrantes da instituição como, por exemplo, os servidores (docentes, técnicos, administrativos e terceirizados). Não se trata aqui de prestação de serviço a todos os públicos da universidade, numa perspectiva psicoterapeuta individualizante, mas de escutar, acolher, compreender e intervir nas possíveis e diversas causas da evasão, como falhas das instituições, ou aspectos econômico-financeiros e/ou psicológicos dos alunos (Basso, 2008). Permite-se, assim, avanços na atuação em Psicologia, pautados na Psicologia Escolar e Educacional. Destaca-se, ainda, a importância da formação continuada associada à escuta dos processos manifestos e latentes da realidade social e histórica do contexto de atuação como importante ferramenta para esclarecimento do papel profissional, ético e político a ser desempenhado.

⁷ Destaca-se que o PNAES faz recorte de prioridade para estudantes em situação de vulnerabilidade social, distribuindo os recursos conforme renda *per capita* de até um salário-mínimo e meio e, em função do recurso limitado, um ranking de pobreza tem se apresentado nas IFES.

Considerações finais

A implementação de políticas públicas voltadas para o ensino superior ampliou o acesso, o suporte e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, bem como a presença de profissionais de Psicologia para suporte às novas e velhas demandas presentes no contexto educacional. Nessa direção, a assistência estudantil se apresenta como contexto emergente, em que se articulam a política de assistência social e de educação (Mocelin, 2019). É onde se encontra inserida a Psicologia. As discussões realizadas, a partir das análises intranucleares, buscaram trazer reflexões sobre os direcionamentos da Psicologia na assistência estudantil.

Foi realizada pesquisa documental em que o *corpus* analítico foram os documentos oficiais disponíveis nos sites das universidades federais nordestinas e suas informações sobre a Psicologia disponíveis nos sítios da assistência estudantil dessas IFES. A busca das informações se deu entre os meses de outubro e novembro de 2018, resultando em uma amostra de 88 documentos que foram analisados e interpretados por meio dos Núcleos de Significação.

Como resultado, dois Núcleos foram encontrados (1- as implicações da política de permanência para a atuação em Psicologia na assistência estudantil; e 2- a assistência psicológica na assistência estudantil: atividades em foco.), e a articulação Inter núcleos permitiu afirmar que a atuação da Psicologia na assistência estudantil do Nordeste brasileiro possui ênfase no modelo clínico de atuação, uma vez que apresentou preponderância de ações individualizantes voltadas para as problemáticas discentes. Sugere, portanto, percurso semelhante à política de permanência nas IFES que, na prática, prioriza o repasse financeiro direto como proposta resolutiva das problemáticas que circundam o fenômeno da evasão. No caso da Psicologia, o foco recai na resolutividade das problemáticas emocionais apresentadas pelos estudantes, por meio de ações tradicionais e individuais.

Os resultados aqui apresentados partem de pesquisa que tomou como referência o recorte de uma realidade, a saber, nove universidades do Nordeste brasileiro, que utilizou os documentos produzidos historicamente e que estavam disponíveis naquele momento. Sugere-se a realização de novas pesquisas visando ampliar os resultados aqui apresentados, e principalmente, pelas demarcações históricas e sociais dos retrocessos que se deram no contexto da educação superior nos últimos anos, como a redução do orçamento da assistência estudantil, pandemia da Covid-19 e ataques de cunho ideológico à educação superior. Ao mesmo tempo, destaca-se a organização dos profissionais, por meio de discussões virtuais (grupos de WhatsApp e e-mail e encontros virtuais) e presenciais visando fortalecer a categoria, discutir e compartilhar o fazer profissional e caminhar para uma atuação mais clara na assistência estudantil. Avanços necessários para atuação em contextos emergentes em que a Psicologia se fez presente.

Referências

Aguiar, W. M. J. A pesquisa em Psicologia Sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. da G. M.; Furtado, O. (Org). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. Cortez, 2007, p. 129-140.

Aguiar, W. M. J.; Ozella, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812013000100015&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 10 abr. 2021.

Aguiar, W.M.J.; Soares, J.R.; Machado, V.C. Núcleos de Significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v. 45, n.155, p. 56 -75, 2015. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742015000100056&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 10 abr. 2021.

Almeida, M.; Oliveira, I. F.; Seixas, P. S. Formação Acadêmica e Prática Profissional dos Psicólogos que Trabalham em Universidades Federais. Revista Psicologia Ciência e Profissão, v. 41, p. 1-13, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/T4dH5ks3cd3j8WKKqccc8nn/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Alves, C. P.; Silva, A. C. B. Psicologia escolar e psicologia social: articulações que encontram o sujeito histórico no contexto escolar. Psicologia da Educação, São Paulo, v.23, n.23, p. 189-200, 2006.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007. Disponível em:
<http://www.andifes.org.br/wp114>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. I Pesquisa Do Perfil Socioeconômico e Cultural do Estudante de Graduação das Ifes Brasileiras. Brasília: Andifes, 1994. Disponível em:
<https://www.andifes.org.br/2021/07/08/i-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-Ifes-2018.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Ariño, D. O.; Bardagi, M. P. Relação entre fatores acadêmicos e a saúde mental de estudantes universitários. Psicologia em Pesquisa (online), v. 12, n. 3, p. 44-52, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23791>.
Acesso em: 15 jan. 2019.

Bardin, L. Análise de conteúdo. Edições 70, 2011.

Basso, C. Escolha profissional: estudantes universitários em crise durante as fases intermediárias da formação acadêmica. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Bisinoto, C.; Marinho-Araújo, C. M. Psicologia escolar na educação superior: atuação no distrito federal. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 1, 111-122, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/frF3kLngpgngmdYjJpGBztn/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 15 jan. 2019.

Braga, G. P. O.; Dal Prá, K. R. Assistência estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. *Cadernos Cajuína*, v.6, n.3, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/cadcajuina/article/view/489>.

Acesso em: 02 jan. 2022.

Brasil. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.
Acesso em: 10 abr. 2018.

Brasil(a). Código Brasileiro de Profissões. Brasília, Brasil, 2018. Disponível em:
<http://www.mtecb.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>.
Acesso: 02 mai. 2019.

Brasil(b). Professores e técnicos universitários foram os servidores mais contratados em 2017. 2018. Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/noticias/professores-e-tecnicos-universitarios-foram-osservidores-mais-contratados-em-2017>. Acesso: 02 mai. 2019.

Bock, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A. M. B.; Gonçalves, M. da G. M.; Furtado, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez, 2007. p. 15-36.

Cêpeda, V. A. (Org.). II Pesquisa nacional do perfil das instituições federais do ensino superior para a assistência estudantil: um mapeamento de capacidades e instrumentos: resultados da coleta 2016. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, Fonaprace, Andifes, 2018.

Conselho Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 010/2005. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
Acesso em: 02 mai. 2019.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução n. 13, de 14 de setembro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em

Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Conselho Federal de Psicologia. 2007. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 02 mai. 2019.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução n. 23, de 13 de outubro de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas; reconhece as especialidades da Psicologia e revoga as Resoluções CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007; nº 3, de 5 de fevereiro de 2016; nº 18, de 5 de setembro de 2019. Conselho Federal de Psicologia. 2022. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-23-de-13-de-outubro-de-2022-437945688>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Conselho Regional do Rio de Janeiro. Psicologia e Políticas Públicas. Jornal do CRP – RJ, 2010. Disp. em:
<http://www.crprj.org.br/site/wpcontent/uploads/2016/05/jornal27-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

Dimenstein, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. Estudos de Psicologia, v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGHZQ3bSk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Flick, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Artmed, 2009.

Freitas, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de pesquisa, v. 116, p. 21-39, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/KnJW3strdps6dvxPyNjmvyq/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Gomes, L. M. L.S. Psicologia, Assistência Estudantil e Ensino Superior. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

Gonçalves, V. A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

Gonçalves, M.G. M. Conjuntura política nacional e implicações para atuação da psicologia em políticas públicas. In: Conselho Federal de Psicologia & Centro de Referência técnica de Psicologia e Políticas Públicas (org.). IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas: Psicologia na defesa das Políticas Públicas: Volume 05: a construção junto com os povos indígenas e quilombolas no centro-oeste: etapa Centro-Oeste. (p. 30). CFP, 2020.

Graner, K. M.; Cerqueira, A. T. A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. Revista Ciência e Saúde Coletiva, v. 24, n. 4, p. 1327- 1346, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKgkYpwXvHx3B3b/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Leite, J. O. As múltiplas determinações do programa nacional de assistência Estudantil: Pnaes nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. 2015. 546 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

Mancebo, D.; Vale, A. A.; Barbosa, M. T. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCwwkGxsJqg7vSCC4xk/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Marinho-Araújo, C. M. Psicologia Escolar na Educação Superior: Novos cenários de intervenção e pesquisa. In: Marinho-Araújo, C. M. (Org.). *Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisas, formação e prática*. Campinas: Alínea, 2015. p. 133-174.

Marinho-Araújo, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: O contexto da educação superior. *Estudos de psicologia*, Campinas, v. 33, n. 2, p. 199-211, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/b6GMzyhCtHZthBC4PkrhLNx/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Martinez, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.13, n.1, p. 169-177, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/HCbNpr4B5TyFBsPRdtgs3Yn/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Martins, J.B. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. *Psicologia em Estudo*, v.8, n.2, p. 39-45, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/csF5QYj5QWmBgMpDF4Kz8dx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Matos, A. S.; Santos, J. V. B. K.; Dazzani, M. V. M. O psicólogo escolar na Educação Superior: promovendo um olhar ampliado sobre assistência estudantil. In: Dazzani, M. V. M.; Souza, V. L. T. (Org.). *Psicologia Escolar crítica: teorias e práticas nos contextos educacionais*. Campinas: Alínea, 2016. p. 115-126.

Mazer, S. M.; Melo-Silva, L. L. Identidade Profissional do Psicólogo: uma revisão da produção científica no Brasil. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, v.30, n.2, p.276-295, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bktrnXrCgcjrmZSQuZGTrGc/?lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2018.

Meira, C.H.M.G.; Nunes, M.L.T. Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v.15, n.32, p. 339-343, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/XsSXZ4QvRyDpqJXh6WLqbBg/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2019.

- Mocelin, C. E. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. *Revista O social em questão*, Rio de Janeiro, v.45, 239-260, 2019. Disponível em:
<https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=705&sid=60>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- Moreira, L. K. R.; Lambert, A. dos S.; Castro, R. C. A. de M. Educação profissional e tecnológica: permanência e evasão em foco. *Revista Brasileira De Educação E Saúde*, v.8, n.4, p. 48–53, 2018. Disponível em:
<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/5988>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- Moura, F. R. A atuação do psicólogo escolar no Ensino Superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. 2015. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- Moura, F. R.; Facci, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.20, n.3, p. 503-514, 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pee/a/dT7xSFQXYrzrdJzXDGbRfc/?lang=pt>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- Oliveira, A.B. O psicólogo na assistência na assistência estudantil: interfaces entre Psicologia, Saúde e Educação. 2016. 296 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- Oliveira, A. A. S.; Gomes, L. M. L. S. A psicologia nos contextos de desigualdade: Ações em debate na assistência estudantil. *Revista de Psicologia Política*, v.20, n. 49, p. 611-626, 2020. Disponível em:
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300012. Acesso em: 10 de jun. 2022.
- Oliveira, A. B.; Silva, S. M. C. A Psicologia na promoção da Saúde do Estudante Universitário. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v.7, n.3, p. 363-374, 2018. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1913>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- Padovani, R.C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. *Revista brasileira de terapias cognitivas*, v.10, n.1, p. 2-10, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872014000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 20 jun. 2019.
- Pereira, T. I.; May, F.; Gutierrez, D. O acesso das classes populares ao ensino superior: novas políticas, antigos desafios. *Revista Pedagógica*, v.16, n.32, p. 117-140, 2014. Disponível em:
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2726/0>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Santos, A. S. et al. Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. *Psicologia escolar e educacional*, v.19, n.3, p. 515-524, 2015. Disponível em: Acesso em: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/93ZSDqyVrzZyqP5GSPSbTJf/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2018.

Santos, C. P. C.; Ferreira, J. M. Assistência estudantil: o paradigma brasileiro. *Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, v.20, n.50, p. 217-232, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68522>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Sawaia, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre a liberdade e a transformação social. *Psicologia e Sociedade*, local, v.21, n.3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtpr/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Serpa, M. N. F.; Santos, A. A. A. Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.5, n.1, p. 27-35, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/6dN3Yrkrd4r8pcsPzCRW9Hn/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Silva, B. M. C.; Silva, M. C. S. Novo mais educação: um olhar da psicologia escolar e educacional para as políticas públicas. *Revista Interfaces científicas*, v.8, n.3, p. 737-751, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8353>. Acesso em: 13 mai. 2021.

Silva, L. B.; Costa, N. C. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do programa nacional de assistência estudantil. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v.6, n.2, p. 166-192, 2018. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>. Acesso em: 13 mai. 2021.

Siqueira, L. D. et al. Perfil de estudantes acolhidos em um serviço de saúde na universidade. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v.30, n.3, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6218>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Wiggers, E. M. Desafios da formação em Psicologia: alguns apontamentos. In Conselho Regional de Psicologia Santa Catarina, *Psicologia em Movimento*, Santa Catarina, n.6, p.49-51, 2016. Disponível em: <https://site.crpsc.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Revista6.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

A psicologia na assistência estudantil do nordeste brasileiro: avanços e desafios

La psicología en la asistencia estudiantil del nordeste de Brasil: avances y desafíos

Psychology in student assistance in northeastern brazil: advances and challenges

Resumo	Abstract	Resumen
<p>Ações governamentais voltadas para a expansão e a democratização do acesso ao ensino superior permitiram a inserção da Psicologia nas equipes de trabalho da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior. Discute-se, neste artigo, a atuação em Psicologia na assistência estudantil, por meio da análise de Núcleos de Significação de práticas psicológicas de 88 documentos, obtidos entre outubro e novembro de 2018, nas páginas eletrônicas das universidades do Nordeste brasileiro. Os resultados apontaram para a atuação da Psicologia, na assistência estudantil, com ênfase no modelo clínico de atuação, direcionado à Atenção à Saúde do estudante e foco nas dificuldades emocionais dos estudantes. Apontam ainda para as fragilidades no quadro de profissionais, de demanda elevada e da ausência de planejamentos inovadores e específicos. Desafios se apresentam e podem ser enfrentados, por meio de intervenções multiprofissionais, com todos os níveis integrantes da instituição.</p>	<p>Government policies aimed at expanding and democratizing access to higher education in Brazil have facilitated the integration of Psychology into student assistance teams within Federal Institutions of Higher Education. This study examines the role of Psychology in student assistance by a core meaning-based analysis of psychological practices identified in 88 documents collected between October and November 2018 from the official websites of universities located in the Brazilian Northeast. The findings indicate a predominant reliance on a clinical model of psychological practice, primarily focused on student health care and emotional difficulties. Additionally, the results highlight structural challenges, including understaffing, high demand, and a lack of innovative and targeted planning. Addressing these issues requires the implementation of multiprofessional interventions involving all institutional levels.</p>	<p>Las acciones gubernamentales orientadas a la expansión y democratización del acceso a la educación superior han posibilitado la inserción de la Psicología en los equipos de trabajo de asistencia estudiantil en las Instituciones Federales de Educación Superior. Este artículo discute la actuación de la Psicología en el ámbito de la asistencia estudiantil, a través del análisis de Núcleos de Significación de prácticas psicológicas en 88 documentos recolectados entre octubre y noviembre de 2018, en los sitios web de universidades del Nordeste brasileño. Los resultados señalaron una actuación de la Psicología centrada en el modelo clínico, orientada a la Atención a la Salud del estudiante, con énfasis en las dificultades emocionales enfrentadas por estos. Asimismo, se identificaron fragilidades en el cuerpo profesional, alta demanda y ausencia de planeamientos innovadores y específicos. Se presentan desafíos que pueden ser enfrentados mediante intervenciones multiprofesionales, con la participación de todos los niveles que integran la institución.</p>
<p>Palavras-chave: Psicologia. Assistência estudantil. Ensino superior.</p>	<p>Keywords: Psychology. Student assistance. Higher education.</p>	<p>Palabras clave: Psicología. Asistencia estudiantil. Educación superior.</p>